

Espetacularização da escola: a Educação Física, o esporte e os megaeventos esportivos

Hamilcar Silveira Dantas Junior

Resumo

Diante da “espetacularização da escola”, reflexo da vida espetacular global, e de algumas “cenas” cotidianas, o autor usa o exemplo dos jogos escolares, especificamente os Jogos da Primavera de Sergipe, para dialogar com a questão da formação dos jovens ante a iminência dos megaeventos em solo brasileiro. A forma atual de promoção de eventos esportivos escolares não contempla o esporte em seus aspectos formativos. De igual modo, a realização de megaeventos esportivos no Brasil não contempla, enquanto proposta/legado, uma dimensão educativa e de formação cultural para crianças e jovens.

Palavras-chave: megaeventos esportivos; espetacularização da escola; legado.

Abstract

Spectacularization of the school: the Physical Education, the sport and the mega sporting events

In the presence of the "spectacularization of school sport", as a reflex of the spectacular global life, and taking into account some "scenes" of daily living, the author uses the example of school games, specifically The Sergipe State Spring Games, to relate it to the issue of youth formation in face of the imminence of mega sporting events in Brazil. In conclusion, the current way of promoting school sporting events doesn't cover the sport in its formative aspects. Similarly, the conduct of mega sporting events in Brazil doesn't include, as proposal/legacy, an educational dimension and cultural education for children and youth.

Keywords: mega sporting events; spectacle of the school; legacy.

Introdução

A chamada "década esportiva" no Brasil, iniciada em 2007 com os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro e a se encerrar em 2016 com a edição de número 31 dos Jogos Olímpicos na mesma cidade, tem posto uma palavra em ampla circulação, desde os discursos oficiais ao bate-papo cotidiano, passando pelas plataformas dos veículos midiáticos: legado.

Os estudos acerca do fenômeno esportivo já consideram ponto pacífico a sua imersão no amplo movimento de espetacularização das práticas socioculturais em escala global. A universalização do esporte impõe dinâmicas que orientam as práticas, as reflexões, sobretudo suas identificações com as nações, com as formas do consumo e com as relações mais comezinhas entre os homens. Nesse contexto, de que legado se está falando, haja vista a onipresença do esporte em nossas vidas? O que podem os megaeventos esportivos acrescentar à formação das crianças e jovens brasileiros? Sobretudo, como a escola, já por demais espetacularizada, e a Educação Física se inserem nesse debate?

No Dicionário Aurélio, a palavra "legado" aparece com duas acepções: legado¹ [Do lat. *legatu*, 'dádiva deixada em testamento']; legado² [Do lat. *legatu*, 'embaixador, enviado'] (Ferreira, 2000). A que nos interessa é a primeira, definida como um valor ou objeto deixado a outrem, aquilo que de importante podemos deixar à geração posterior. Dessa definição podemos inferir a existência de legados materiais e imateriais. No âmbito dos megaeventos esportivos, o legado material se traduz nas construções, na melhoria da infraestrutura das cidades, na melhoria de condições de vida da população, nos produtos gerados em museus, selos, pôsteres. No quesito do legado imaterial, podemos abstrair da memória social dos indivíduos que ele se traduz nas celebrações posteriores ou efemérides, sobretudo no que se perpetua enquanto aprendizado e hábitos da população envolvida.

Partindo desse conceito, o objetivo deste trabalho é refletir sobre uma questão premente: Qual o legado educativo dos megaeventos esportivos em curso no Brasil? Diante do que denomino de “espetacularização da escola”, reflexo da vida espetacular global, e de algumas “cenas” cotidianas, uso o exemplo dos jogos escolares, especificamente em Sergipe, para dialogar com a questão da formação de nossos jovens em face da iminência dos megaeventos em solo brasileiro.

De saída, corroboro o entendimento de que a escola é o espaço de apropriação do saber historicamente produzido e acumulado, sob as suas dimensões científicas, éticas e estéticas. Assim, a escola deve postar-se ante uma tensão constante com a vida concreta extramuros. Todas as suas dimensões curriculares e extracurriculares devem se direcionar a um único fim: a formação humana de perspectiva ampla ou omnilateral. Não obstante, entendo que a escola, pautada nas imagens das vitórias esportivas e dos vestibulares, tem se distanciado dessa premissa e se balizado por uma categoria central exposta por Debord (1997), o espetáculo como afirmação de toda a vida humana (social) em simples aparência. Está na ordem do dia ver e ser visto; as imagens das vitórias e do sucesso servem às escolas como primados das suas existências, não mais o projeto de formação ampliada dos jovens.

Por conseguinte, diversas esferas da vida social têm assumido o papel educativo da mocidade, notadamente a estrutura midiática. Nessa contenda, defendo a necessidade de uma “educação esportiva”, não como substituta da Educação Física, mas uma nova frente de embates culturais para diálogo com a lógica imagética da contemporaneidade, uma perspectiva de formação criativa pautada no direito à cidadania. Para tanto, torna-se imperioso dialogar com os megaeventos esportivos questionando o tão propalado “legado”.

A escola espetacularizada: os eventos esportivos escolares e o legado educativo

Cena 1:

Tarde de sábado no mês de setembro de 1987. Ao longo dos 900 metros da Avenida Barão de Maruim, no centro da cidade de Aracaju, milhares de pessoas vão se aglomerando em suas calçadas. Vindas de diversos pontos da cidade, inclusive de vários municípios do interior do Estado, a população parece deslocar-se toda para essa região. A avenida colore-se, muda o aspecto sisudo do cotidiano, para dar passagem às cores e aos sons das escolas sergipanas, mas, essencialmente, dar passagem aos anseios e desejos de jovens estudantes, pais, diretores escolares e professores que são aquecidos nesse dia: o dia do desfile de abertura dos Jogos da Primavera. Desejos e anseios canalizados ao longo dos próximos doze ou quinze dias nas competições esportivas, a serem realizadas em diversos pontos da cidade.

Na manhã seguinte e nos próximos dias, num raio de dois quilômetros no centro da cidade, a juventude explode em sua movimentação frenética na busca pelos palcos de disputas esportivas. Os ginásios, os clubes e os estádios são os espaços onde as competições se desenrolam, materializando as

perspectivas e desejos construídos por professores, alunos e pais ao longo de todo o ano letivo. Estão abertos oficialmente os Jogos da Primavera do Estado de Sergipe, evento esportivo institucionalizado que reúne em disputa as escolas das redes estadual, municipal, federal e particular de ensino, sob a égide do congraçamento e com objetivos "socioeducativos". (Dantas Junior, 2010).

Tal cena se repete a cada ano, desde 1979, e reflete por sua imagem em movimento que a Educação Física em Sergipe tem como parâmetro histórico de inserção escolar o evento esportivo conhecido como Jogos da Primavera (*Jogos*).

Sob um cenário de festa, com desfiles e disputas esportivas por toda a cidade, os sergipanos vivem intensamente um evento que mobiliza alterações na sua rotina escolar, familiar, política, econômica e cultural. Todos os olhares voltam-se aos *Jogos*, conformando a vida da cidade de Aracaju à sua realização.

De maneira geral, os *Jogos* tornaram-se a referência das concepções acerca de esporte e Educação Física em todo o Estado, estabelecendo, no âmbito da formação dos professores, uma visão dicotômica entre aqueles que os vislumbram como o ápice da Educação Física e aqueles que percebem uma série de problemas a reboque do evento, afetando o sistema educacional em sua totalidade.

Estabeleci alhures (Dantas Junior, 2010) que os *Jogos*, enquanto evento esportivo-educacional, habitam a memória dos professores e da sociedade como a representação franca da vivacidade, talento e nacionalidade da juventude sergipana. Analiticamente, classifiquei as tensões históricas do processo dos *Jogos* na metáfora de três fases: Iniciação (1964-1967), Aperfeiçoamento (1970-1978) e Treinamento (1979-2012).

A primeira fase é de *Iniciação* ou de primeiros contatos com uma organização que envolve múltiplos fatores econômicos, sociais, políticos e culturais, mas, tacitamente, começa a tratar, de modo institucionalizado com a organização esportiva, seguindo os cânones de um evento reconhecido nacionalmente, os Jogos da Primavera do *Jornal dos Sports* no Rio de Janeiro. Esse movimento esportivo, iniciativa pioneira do jornalista Mário Rodrigues Filho, proprietário do *Jornal dos Sports*, reuniu, de 1949 a 1972, os grandes clubes e as grandes escolas da cidade em verdadeiras maratonas olímpicas. Esse evento tornou-se a grande fonte inspiradora para Sergipe.

Essa primeira fase compreende o período dos quatro primeiros *Jogos* (1964-1967). Seu surgimento é um híbrido de interesses entre o governo do Estado – personificado no secretário de Educação Curt Vieira, com apoio de José Carlos Marques, professor paulista de Educação Física, contratado pelo governo para incrementar a área no ano de 1963 – e as demandas práticas dos estudantes universitários de iniciativa do presidente da Federação Atlética dos Estudantes de Sergipe (Faes), Raimundo Monte.

Os *Jogos* foram realizados com esforços de vários segmentos da comunidade aracajuana. O governo dava total apoio à sua realização, cedendo os espaços, organizando o desfile de abertura, inscrevendo escolas da rede estadual. A imprensa oferecia ampla cobertura nos impressos e nas rádios. As casas comerciais apressavam-se em oferecer troféus e medalhas aos competidores. A supremacia dos *Jogos* se

deu com as vitórias de uma escola particular, o Colégio Tobias Barreto. No entanto, a saída da Faes, em 1968, da organização provocou um hiato que durou até 1970.

Em 1970, inicia-se a fase de *Aperfeiçoamento*, que se estende até 1978, na qual ocorreram nove edições dos agora denominados Jogos Estudantis Sergipanos (JES).

No plano oficial, o Estado ampliou as iniciativas normativo-legais: formação de comissão organizadora, comissão de relações públicas, procedimentos do desfile de abertura, regulamento dos JES e suspensão das aulas em todas as escolas durante sua realização. A constituição é similar à dos Jogos da Primavera, mas a mudança de nome deveu-se à criação e realização, no ano de 1969, dos I Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs).¹ Tal iniciativa delegou aos Estados da Federação a responsabilidade de selecionar os atletas que os representariam na peleja nacional. O processo de “esportivização” da escola ganhava um reforço oficial, tornando os jogos escolares um campo de “garimpagem” de talentos esportivos, assim como um ambiente propício à sua instrumentalização política.

As nove edições dos Jogos Estudantis Sergipanos revelaram um aumento substancial da participação de escolas sergipanas. Essa fase descortinou uma reconstrução mais radical entre as tradições – unidade social entre esporte e escola; anseios de desenvolvimento do País – e o espetáculo, esporte como “vitrine” de homens, principalmente graças à chegada das redes de televisão e suas transmissões esportivas.

Na fase de *Treinamento*, a contenda se arrefeceu. Se o Estado apontava o esporte enquanto prática orientadora exclusiva da ação pedagógica da Educação Física, alguns professores se apropriaram de uma “leitura crítica” da área que se opunha à “exclusividade” do esporte e começaram a tecer duras críticas aos objetivos, andamento e representação dos *Jogos*. De igual modo, apontavam práticas pedagógicas diferenciadas, imersas no discurso renovador da Educação Física e resistente aos rumos políticos que tomavam os *Jogos*.

Conforme Dantas Junior (2010), este foi um momento de tensão. Enquanto o governo investia nos *Jogos*, a situação da escola pública refletia a fragmentação da profissão docente entre professores e treinadores, a existência de parques materiais para os treinos esportivos e a absoluta ausência de material para as aulas de Educação Física. De igual modo, os professores apontaram direções diferenciadas de trato com a Educação Física, sobretudo na esteira de novidades educacionais, como a Psicomotricidade.

Tais tensões revelaram que as concepções explodiam em todos os seus contrastes e contradições, mas se opunham em polos distintos: a defesa dos *Jogos*, por parte dos professores de esporte, legitimados socialmente pelos resultados alcançados nas searas esportivas, dos diretores de escolas particulares, que tinham os *Jogos* como grande “vitrine” dos seus estabelecimentos, e da classe política, que instrumentalizava o evento com fins de aceitação popular; e a posição contrária aos

¹ Os Jogos Estudantis Brasileiros foram instituídos pela Portaria nº 29, de 22 de maio de 1969, do Ministério da Educação e Cultura, sendo realizados pela primeira vez, nesse mesmo ano, na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Jogos, em forma e conteúdo, por parte dos professores de Educação Física – impregnados do discurso de tendências críticas da educação, construindo práticas alternativas –, que passaram a enxergá-los como grande óbice ao desenvolvimento da área no Estado.

Os *Jogos*, portanto, têm se configurado de modo ambivalente: por um lado, expressam visualmente o desenvolvimento do esporte escolar; por outro, plasam a concepção de Educação Física como esporte e tornam a Educação Física, enquanto componente curricular, refém de práticas extracurriculares.

As escolas privadas tornaram-se hegemônicas nos resultados dos *Jogos*, lançando toda sorte de estratégias para tal: falsificação de documentos dos alunos, negociação de resultados, “contratação de atletas” de escolas públicas. Algumas escolas tornaram-se referências da “espetacularização” da escola personificada no investimento em suas grandes vitrines: o vestibular e o esporte.

Por esse prisma, as escolas assumiram-se de vez empresas de serviços educacionais. As estratégias utilizadas revelaram como se definem ações competitivas para se firmar nos seus “nichos” de mercado. Entendo, com base em Gentili (1996), que a “espetacularização” da escola se assemelha ao que se denomina de “mcdonaldização” da escola: sistemas de controle e premiação (quem mais produz mais ganha); oferta com publicidade em profusão; treinamento rápido e eficiente; ambiente limpo e produtivo; pessoas felizes e satisfeitas. As semelhanças não são coincidências nem são forçadas: há um controle na oferta e seleção do melhor “produto” ou melhor “atleta”; existem prêmios para quem melhor “produz” para a escola (os “alunos-atletas” ganham notas, os “professores-treinadores” se asseguram mais um ano no emprego); executa-se um treinamento rápido e eficiente do “atleta” baseando-se na seleção inicial, nas “escolinhas”, e do “treinador”, já que muitas escolas contratavam leigos com “experiência esportiva” para serem técnicos; existem piscinas e ginásios irrepreensíveis, limpos, saudáveis e eficientes, onde os alunos (“compradores”) podem ser “felizes”.

Os *Jogos*, enquanto um microevento esportivo, explicitam que a “espetacularização” da escola é a síntese educacional da sociedade do espetáculo, qual seja, uma civilização pautada pela mercantilização das relações sociais como imagens. Os *Jogos* e as escolas ratificam a aparência como ápice da mistificação do real, limitando a possibilidade de pedagogização do esporte voltado à formação dos jovens, impingindo-lhes o papel de “consumidores” da oferta esportiva e de “trabalhadores” do *marketing* esportivo-educacional da escola.

Observando a ação das escolas e do Estado na promoção de eventos esportivos escolares e tomando os *Jogos* da Primavera de Sergipe como exemplo, concluo que não há um projeto de formação da juventude que contemple o esporte em seus aspectos formativos. O que existe é uma instrumentalização da prática esportiva sob o prisma da seleção e especialização, objetivando a exposição dos “melhores” produtos/serviços no mercado educacional. Cabe-nos questionar: Qual o legado educativo deixado por esses eventos? Sob tal orientação no plano micro, o que ficará para a educação dos jovens na mediação com os megaeventos?

Megaeventos esportivos: qual o legado educativo?

Cena 2:

Arena de disputa das provas de Ginástica Artística nos Jogos Pan-Americanos de 2007, Rio de Janeiro. A cada apresentação de uma ginasta brasileira ouvia-se em todo o ginásio um vozeirão sufocando os demais sons: "Vai Brasil!", "Sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor!". Até aí nada de mais, mais um torcedor entusiasmado. A cada ginasta de outro país que corria para o salto sobre a mesa, o mesmo vozeirão vaticinava: "Vai cair argentina!", "Vai cair americana!", "Vai cair mexicana!". A exaltação só cessou quando as atletas de ginástica da seleção brasileira dirigiram-se até o senhor e solicitaram silêncio, sobretudo respeito às colegas em competição. O torcedor ufanista era Oscar Schmidt, um dos maiores atletas brasileiros de basquetebol de todos os tempos. Desce o pano!²

Cena 3:

1º de abril de 2011, Ginásio do Riacho, Contagem, jogo de vôlei pela Super Liga nacional entre Cruzeiro e o Vôlei Futuro. Com o jogo acirrado e com o destaque do meio de rede Michael, a cada nova investida do atleta no ataque e, principalmente, no saque, a torcida gritava praticamente em uníssono: "Bicha! Bicha! Bicha!". A ação da torcida deixou os jogadores do Vôlei Futuro indignados. Desce o pano!³

Cena 4:

Estádio Couto Pereira, Curitiba, tarde de domingo, 30 de setembro de 2012. Após o empate entre o Coritiba e o São Paulo F. C., a jovem torcedora do Coxa, Milena, de 13 anos, acompanhada do pai e de um irmão menor, fã do jogador Lucas do São Paulo, gritou pedindo a camisa do ídolo. O jogador a ouviu e foi em sua direção (em meio à torcida do Coritiba); ao entregar a camisa pelo alambrado foi alvo de cusparadas dos torcedores e assistiu, incrédulo, à torcida do Coxa tentar tomar a camisa da garota à medida que agredia seu pai, que a tentava defender. Alguns minutos de tensão até que a polícia interviesse e retirasse a família de lá. Desce o pano!⁴

As cenas expostas refletem uma dada formação cultural, uma formação cujo princípio de alteridade é inexistente, haja vista que o outro, se não é meu par, é meu inimigo. Uma dimensão educativa que transcende ao mundo esportivo, mas que não pode prescindir dele. Esses são reflexos de uma educação antiesportiva, uma educação que contradiz os preceitos básicos que norteiam o olimpismo. Se vivemos uma década imersa nos preceitos olímpicos, como é possível continuarmos contrários a eles nas nossas práticas cotidianas?

² Notícia publicada no jornal *Folha de S. Paulo* (Ferrari, 2007).

³ Notícia publicada no sítio *Globoesporte.com* (Rebello, 2011).

⁴ Notícia publicada no jornal *Folha de S. Paulo* (Camisa..., 2012).

Não quero com essas cenas ser acusado de um defensor do pensamento “politicamente correto”, mas apenas ilustrar que determinadas práticas contradizem o discurso imperante, notadamente o olímpico e esportivo, do “respeito às regras”, “respeito ao adversário”, “confraternização entre os povos”. Afirmando categoricamente que o discurso imperante do “legado olímpico” no Brasil é uma falácia, pois, do ponto de vista educativo, formativo, não há nenhuma ação efetiva de Estado em democratizar o acesso ao esporte, que dirá formar a juventude a partir de sua prática universalizada! Nesse contexto, pretendo argumentar buscando fugir do “otimismo irrefletido” dos que embarcaram no discurso homogêneo, mas também fugir do discurso “crítico negativo” que é contra os megaeventos por serem mais um instrumento de escoadouro do dinheiro público na farra da corrupção política brasileira.

Um primeiro indício da falácia são as justificativas que evocam os projetos exitosos de Jogos Olímpicos, a exemplo de Barcelona 1992. Tais justificativas ocultam as peculiaridades locais. Os Jogos Olímpicos de Barcelona foram inseridos nos objetivos previstos no Plano Diretor da cidade de 1976. Sob uma perspectiva holística, previa-se: recuperar o centro histórico, a zona costeira e um investimento em equipamentos de uso coletivo e espaços públicos de entretenimento e lazer (Mascarenhas, 2008). Em que projeto de desenvolvimento do País e das cidades se inserem os megaeventos esportivos brasileiros? Não há nenhum projeto de longo prazo em curso, haja vista que a única preocupação são os prazos de conclusão das obras. De igual modo, as justificativas ignoram os casos problemáticos, a exemplo de Montreal, que ainda administra uma dívida impagável desde os Jogos de 1976, e de Atenas, que se lançou à aventura olímpica de 2004 prestes a sucumbir à primeira grande crise do capitalismo no século 21.

Após a exaltação dos projetos vitoriosos, a argumentação do legado de um país/cidade sede de megaeventos esportivos dirige-se a três frentes: econômica, com a geração de empregos diretos e indiretos, desenvolvimento da indústria do turismo (especialmente serviços), dinamização da imagem do país/cidade para atrair capital internacional; social, com a melhoria da infraestrutura em serviços como segurança, transportes, saúde e habitação; e esportiva, com a construção de estruturas esportivas que ficam para usufruto da população.

Em tais justificativas, o legado esportivo (de um evento esportivo) é sempre colocado em último plano. No que tange ao legado imaterial da educação esportiva de um povo, isso sequer é mencionado. No discurso de intelectuais oficiais, a exemplo de Lamartine Pereira da Costa (2011, p. 11), essa discussão precisa ser mais bem entendida pelos críticos: “megaevento é economia, não é esporte. O esporte é o objeto, mas o impacto maior é na economia; muitos não percebem este detalhe, até mesmo quem lida com o esporte”. Compreender o megaevento sob tal perspectiva é cômodo, primeiramente por restringir a economia ao ganho material, excluindo as dimensões simbólicas que impactam as relações sociais, inclusive no campo do consumo cotidiano da população. Por conseguinte, exclui a dimensão imaterial de um legado que, para além do desgaste das estruturas físicas, se perpetua na memória e cultura de um povo.

Isso posto, entendo, conforme Mezzaroba, Messa e Pires (2011, p. 27), que:

A discussão em torno dos megaeventos esportivos no Brasil deve levar em conta a sua capacidade de mobilização de valores (simbólicos, políticos, ideológicos e econômicos) e de produção/circulação de representações diversas que se mesclam ao acontecimento esportivo em si, ampliando-o em suas significações para algo que extrapola em muito o campo esportivo, para instituir-se na pauta da dinâmica cultural mais ampla do país.

Tomemos como exemplo a experiência concreta dos Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro: Qual o legado à população carioca? Quais as melhorias substanciais na organização da cidade nos campos da segurança, da habitação, do transporte público? Que política inovadora e criativa de turismo foi implementada para gerar empregos de maneira mais efetiva? No campo esportivo, quais dos complexos construídos (Estádio Olímpico João Havelange, Parque Aquático Maria Lenk, Arena Multiuso) estão sendo utilizados pela população da cidade para as atividades a que foram destinados? Que projetos educativos e esportivos vêm sendo implementados e geridos nesses espaços, a fim de democratizar o acesso da população ao esporte?

Os estudos apontam que os impactos foram ínfimos e não atingiram beneficentemente a maioria da população do Rio de Janeiro. Para Mascarenhas e Borges (2009, p. 9),

o Pan foi muito mais um projeto de *marketing*, pois não teve como proposta o desenvolvimento do esporte na cidade, no seu sentido comunitário, socioeducativo, de formação do cidadão, mas basicamente foi utilizado como poderoso discurso a justificar as lucrativas operações urbanístico-empresariais.

De igual modo, não houve mudança alguma nos projetos que envolvem o esporte no Rio de Janeiro e no Brasil que apontassem um indício de universalização orientada das práticas, muito menos de um amplo projeto de educação esportiva nas escolas.

Após a realização do Pan, o Brasil foi contemplado com a responsabilidade de organizar dois megaeventos: a FIFA *World Cup* de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Com tal responsabilidade, pressupunha-se um amplo movimento em torno de políticas efetivas para o esporte nacional. No entanto, apesar da manutenção de iniciativas do Governo Federal, como o Programa Segundo Tempo, o Programa Esporte e Lazer na Cidade e a Rede Cedex, tais projetos jamais foram prioritários na administração pública como foco para a formação da juventude brasileira. Em concomitância, o Bolsa Atleta jamais conseguiu ser um subsídio efetivo que servisse à manutenção de atletas de alto rendimento para as competições internacionais de nível mais elevado.

As incoerências entre a argumentação do “legado” e o “legado real”, fruto da primeira experiência concreta, poderiam nos fazer pensar em aprender com os erros do passado, projetando ações futuras mais consistentes. Não obstante, isso não parece ocorrer no andamento dos projetos dos megaeventos vindouros. Por seu turno, conforme a indicação deste texto, entendo que não há no horizonte uma única ação efetiva para o legado central de ações dessa natureza: a formação cultural de seu povo.

Argumento dessa forma para atestar que a projeção dos megaeventos no Brasil está em descompasso com os preceitos do movimento que baliza as ações esportivas internacionais: o Movimento Olímpico. No ideário do seu fundador, o Barão de Coubertin, exposto na Carta Olímpica, o esporte seria uma prática educativa voltada à formação pela experiência e *mimesis* de uma sociedade democrática (Silva, 2003). O pressuposto fundamental do movimento olímpico é, portanto, a formação humana.

Entusiasta das ideias e práticas pedagógicas de Thomas Arnold, Coubertin defendia o pressuposto de uma educação burguesa na qual a missão do educador é instruir, educar e treinar corpo e espírito. O primado básico do esporte seria a competição leal, o culto ao corpo e atividade física controlada. Admirava-se então da crença de que o esporte só se justifica enquanto “empreendimento educativo, moral e social!”. Nada mais incoerente com a dinâmica esportiva e educativa contemporânea.

Entendo perfeitamente que a análise se torna anacrônica se desejarmos transplantar ideias do século 19 para compreendermos as relações sociais atuais. O esporte do século 21 já alterou muito sua dinâmica e sua influência social em relação ao seu nascedouro na Inglaterra do século 18, bem como em relação ao ideário olímpico de fins do século 19. Entretanto, a lógica discursiva ainda é a mesma. A cada quatro anos somos convidados pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), pela FIFA e pelos aparelhos midiáticos a migrarmos para a antiga Grécia e seu ideário esportivo nobre, fraterno, ético e estético para entendermos as origens do esporte olímpico. De igual modo, as escolas usam esses mesmos argumentos na organização e implementação de jogos escolares, a exemplo dos Jogos da Primavera de Sergipe. Uso as reflexões originais de Arnold e Coubertin para ratificar a crença na capacidade de educar os jovens também pelo esporte.

Contudo, a experiência tem me mostrado o contrário. As atitudes do Sr. Oscar Schmidt, ilustradas na cena 2, ratificam o que Hobsbawm (2007) chama de migração do sentimento nacionalista para o comportamento xenofóbico – uma ação condenável, porém retroalimentada por narradores e comentaristas esportivos brasileiros que desconhecem as fronteiras entre os dois sentimentos. A revolta dos torcedores do Coritiba (cena 4) reforça o sentimento clubístico às raízes da perda da razão, reforçando a demarcação de territórios com suas respectivas cores, bandeiras e totens. Por seu turno, a atitude dos torcedores de vôlei contra o jogador Michael revela que surtos coletivos dessa natureza são desnudados em situações limites de tensão. Sentimentos aprisionados e calados (sobretudo a rejeição às diferenças de raça, gênero, orientação sexual, idade, classe social) no cotidiano pelas regras do conviver são catapultados a distância em meio a uma disputa esportiva. As três cenas, repetidas diariamente nos estádios, ginásios, bares e salas de estar em meio à década esportiva, nos levam a pensar sob qual prisma educativo temos formado nossas crianças e jovens. Se o esporte tem uma finalidade formativa, voltada a humanizar o sujeito e não excluí-lo ou animalizá-lo, o único legado possível de micro (Jogos da Primavera de Sergipe) ou megaeventos esportivos (Copa do Mundo e Jogos Olímpicos) consiste em

apreender o que fazemos da educação dos jovens. Para que formamos? Que projeto de país queremos?

Por fim...

Entendo que as escolhas pedagógicas do que aprender e como aprender sofrem uma série de impactos, mas creio que os professores sabem quais os elementos culturais a aplicar ou saberes a escolarizar, necessitando discutir como selecionar e organizar a intervenção pedagógica, reconhecendo sua capacidade de autonomia, reconhecendo-se como criadores da prática. Precisamos questionar se a organização de desfiles, gincanas e jogos escolares contribuem para a formação dos alunos ou somente para a nossa aceitação na escola e na sociedade; de igual modo, ante a tendência do espetacular integrado, precisamos utilizar os megaeventos como campos de tensão, aprofundamento do conhecimento e amadurecimento dos sujeitos.

A partir de Manuel Sérgio (2003), gostaria de convocar os educadores brasileiros a enfrentarem os desafios de uma formação esportiva: um desafio à profecia, que estimula os sujeitos à procura de novos objetivos e novos horizontes possíveis; um desafio à participação, para aqueles que vivem, praticam, conhecem e amam esporte; um desafio ao primado do ser, para aqueles que reconhecem o valor incomensurável da pessoa, de si e do outro; e um desafio à profundidade de vida, àqueles que buscam na prática esportiva a maravilha da beleza, do sentido, do bem, do ser.

Referências bibliográficas

CAMISA de Lucas causa confusão em Curitiba. *Folha de S. Paulo – Esporte [online]*, 30 set. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/1161764-camisa-de-lucas-causa-confusao-em-curitiba-jogador-desabafado-pelo-twitter.shtml>>.

COSTA, L. P. Os impactos dos megaeventos esportivos nas políticas econômicas e no meio ambiente. In: OLIVEIRA, A. F. S.; HAIACHI, M. C. (Org.). *Megaeventos esportivos e seus impactos nos estados periféricos*. São Cristóvão: UFS, 2011. p. 11-31.

DANTAS JUNIOR, H. S. *Jogos da Primavera de Sergipe: tradição, espetáculo e "esportivização da escola"*. São Cristóvão: UFS, 2010.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERRARI, Luís. Ex-jogador de basquete Oscar vaia atletas e causa constrangimento no Pan. *Folha de S. Paulo [online]*, 18 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u312797.shtml>>.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Org.). *Escola S. A.* Brasília: CNTE, 1996. p. 9-49.

HOBBSAWM, E. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

MASCARENHAS, Gilmar. Barcelona-1992: um modelo em questão. In: RODRIGUES, Rejane Penna et al. (Org.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Conselho Federal de Educação Física, Ministério do Esporte, 2008. p. 189-193.

MASCARENHAS, G.; BORGES, F. C. S. Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória. *Esporte e Sociedade*, Niterói, n. 10, p. 1-26, nov. 2008-fev. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.nr/esportesociedade>>.

MEZZARROBA, C.; MESSA, F.; PIRES, G. L. Quadro teórico-conceitual de referência: megaeventos e o agendamento midiático-esportivo. In: PIRES, G. L. (Org.). *O Brasil na Copa, a Copa no Brasil: registros de agendamento para 2014 na cobertura da midiática da Copa da África do Sul*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2011. p. 21-45.

REBELLO, Helena. Após ofensas, Michael diz "Sou gay. Todo mundo aqui sabe quem sou". *Globoesporte.com*, 5 abr. 2011. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2011/04/apos-ofensas-michael-diz-sou-gay-e-me-respeitam-totalmente-no-time.html>>.

44

SÉRGIO, Manuel. *Algumas teses sobre o desporto*. 2. ed. Lisboa: Compendium, 2003.

SILVA, O. G. T. *Esporte, movimento olímpico e democracia: o atleta como mediador*. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003.

Hamilcar Silveira Dantas Junior, doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), é professor associado I do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

hamilcarjr@hotmail.com

Recebido em 16 de novembro de 2012.

Aprovado em 18 de fevereiro de 2013.